

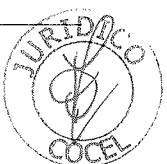
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESTATAL Nº 083/2020

Pelo presente instrumento particular de contrato, a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL**, Sociedade de Economia Mista, concessionária dos serviços de energia elétrica no Município de Campo Largo – PR, com sede na Rua Rui Barbosa, 520, na mesma cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.805.895/0001-30, representada por seu Diretor Presidente, Sr. **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Largo – Paraná ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A**, com sede na Al. Araguaia, nº 1.142, Bloco - 3, Barueri - São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 69.034.668/0001-56, neste ato representada por **GIOVANA VIEIRA ALVES**, brasileira, casada, portadora do RG nº 27.057.528-5 (SSP/SP), inscrita no CPF sob o nº 257.716.538-29, Gerente Nacional Mercado Público, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – No tocante a Cláusula Primeira, relativa ao Objeto contratado, necessário se faz alterar o item 1.1, considerando a alteração do número de empregados e estagiários/menores aprendizes, no fornecimento e a operacionalização, passando dos atuais **120** (cento e vinte) Cartões Alimentação Eletrônicos, para **114** (cento e catorze), e **08** (oito) estagiários/menores aprendizes, bem como alteração do crédito mensal, o qual passará para **R\$ 1.350,00** (um mil, trezentos e cinquenta reais) e **R\$ 999,42** (novecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos) a título de gratificação natalina, tendo em vista o reajuste salarial concedido aos empregados da companhia, através de Acordo Coletivo, passando a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de CARTÃO ELETRÔNICO COM MICROPROCESSADOR COM CHIP DE SEGURANÇA ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO para utilização pelos EMPREGADOS da CONTRATANTE, com crédito mensal de **R\$ 1.350,00** (um mil, trezentos e cinquenta reais) e **R\$ 999,42** (novecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos) a título de gratificação natalícia no mês de novembro e mais 08 (oito) cartões eletrônicos para utilização



pelos ESTAGIÁRIOS E MENORES APRENDIZES com crédito de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais cada.

CLÁUSULA SEGUNDA – Considerando a edição da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, torna-se necessário alterar a Cláusula Quarta, relativa ao Preço, por acordo entre as partes, tendo em vista a impossibilidade de manter a taxa administrativa, conforme determina o art. 3º, inciso I, § 2º e com fundamento no art. 171, inciso VI, §4º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Vejamos a nova redação:

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

4.1 Em razão da edição da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, a taxa administrativa é de **0% (zero por cento)** sobre o crédito mensal efetuado nos Cartões Eletrônicos Alimentação e Refeição fornecidos à **CONTRATANTE**.

4.2 É vedado a **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional nas taxas por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatadas em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada, necessárias para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, hospedagem, pequenas despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

4.3 A taxa contempla todos os custos, tributos e encargos incorridos pela **CONTRATADA** para o completo fornecimento e operacionalidade do objeto contratado, tais como os pagamentos das obrigações legais, fiscais e trabalhistas, seguros, meios de comunicação, hospedagem, veículos, combustível, manutenção, etc.

4.4 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pelo presente instrumento prorroga-se o prazo de vigência previsto na Cláusula Oitava do Contrato Estatal nº 083/2020, por mais 12 (doze) meses, conforme faculta o art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL. Vejamos a nova redação o item 8.1:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 O presente contrato tem vigência de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data da assinatura do mesmo, podendo tal prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

Parágrafo único: O término do prazo de vigência deste Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que seu exercício se dê após o término do referido prazo.

CLAUSULA QUARTA – Diante da nova regra disposta no art. 3º, inciso I, § 2º, da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, torna-se necessário alterar a redação da Cláusula Décima Quarta, relativa ao valor global do contrato, considerando a nova taxa administrativa de 0% (zero por cento) sobre o crédito mensal efetuado nos Cartões Eletrônicos Alimentação e Refeição fornecidos à CONTRATANTE. Vejamos o novo item **14.1.1:**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

14.1 As partes CONTRATANTES dão ao presente contrato o valor global de R\$ 83.335,46 (oitenta e três mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos), para todos os legais e jurídicos efeitos, valor este referente ao desconto de 2,33% sobre o valor do crédito repassado pela CONTRATANTE (taxa de administração negativa), considerando o montante de 132 (cento e trinta e dois) cartões nos primeiros 12 (doze) meses e sobre 129 (cento e vinte e nove) cartões no segundo período, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses.

14.1.1 Em razão da edição da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, a taxa administrativa será de 0% (zero por cento) sobre o crédito mensal efetuado nos Cartões Eletrônicos Alimentação e Refeição fornecidos à CONTRATANTE, conforme registrado no Segundo Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – Os pagamentos serão efetuados pela COCEL, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculado aos itens orçamentários: 36415, 36416, 36417, 36418, 36419, 36420, 36421, 36422, 36423, 36424, 36425, 36426, 36427, 36428, 36429, 36430, 36431, 36432, 36433, 36434, 36435, 36436, 36437, 36438, 36439 e 36440.

CLÁUSULA SEXTA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Campo Largo, 06 de setembro de 2022.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

José Arlindo Lemos Chemin - Diretor Presidente

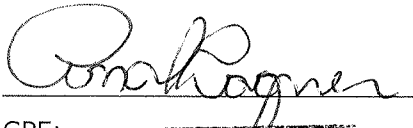
SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A

Giovana Vieira Alves - Gerente Nacional Mercado Público

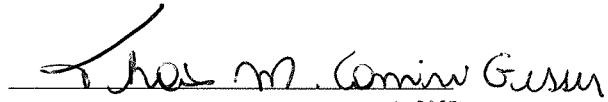
Giovana Vieira Alves
Diretora de Mercado Público
OAB/SP234409



TESTEMUNHAS:



CPF: Cia Campolarguense de Energia - COCEL
Ana Laura Lagner
Divisão de Logística e Compras



CPF: Cia Campolarguense de Energia - COCEL
Divisão de Logística e Compras

GESTOR:



Leila Adriana Netzel
Gerente da Divisão de Recursos Humanos

Página 4/4 do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Estatal nº 083/2020, celebrado entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL e a SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO de 2022.

ANO: XVI

EDIÇÃO Nº: 2302 - 63 Pág(s)

ORIGEM: Licitação nº 008A/2018

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia - COCEL.

CONTRATADO(A): ITSCON TECNOLOGIA LTDA. EPP, CNPJ/MF sob nº 11.067.719/0001-66.

OBJETO: Alteração da Cláusula Oitava, item 8.1, prorrogação da vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, e por via de consequência da Cláusula Décima Quarta, item 14.1, relativa ao valor total do contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 51 (cinquenta e um) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Alteração do valor do contrato, conforme Cláusula Décima Quarta, subitens 14.1 e 14.1.3, totalizando o valor estimado para R\$ 384.560,46 (trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos) valor global, sendo o pagamento realizado mensalmente no valor de R\$ 7.931,30 (sete mil, novecentos e trinta e um reais e trinta centavos) para os próximos 3 (três) meses.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 72, c/c art. 151, §1º da Lei nº 13.303/16.

DATA DE ASSINATURA: 02 de setembro de 2022.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESTATAL Nº 083/2020

ORIGEM: Licitação nº 049/2020.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia - COCEL.

CONTRATADO(A): SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A, CNPJ/MF sob nº 69.034.668/0001-56.

OBJETO: Alteração da Cláusula Primeira, considerando revisão do crédito mensal aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho, bem como, prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, previsto na Cláusula Oitava, e por via de consequência da Cláusula Quarta e Décima Quarta, relativa ao valor do contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Altera-se a Cláusula Décima Quarta, item 14.1.1, em razão da edição da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, a taxa administrativa será de

Página 56

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por **Maurício Roberto Rivabem**.
A Prefeitura Municipal de Campo Largo da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de
<http://www.campolargo.pr.gov.br/no-link-Diário-Oficial>.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO de 2022.

ANO: XVI

EDIÇÃO Nº: 2302 - 63 Pág(s)

0% (zero por cento) sobre o crédito mensal efetuado nos Cartões Eletrônicos Alimentação e Refeição fornecidos à CONTRATANTE, conforme registrado no Segundo Termo Aditivo.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 3º, inciso I, § 2º da Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022, bem como, com fundamento no art. 171, inciso VI, § 4º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

DATA DE ASSINATURA: 06 de setembro de 2022.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ESTATAL Nº 116/2021

ORIGEM: Licitação nº. 065/2021.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia - COCEL.

CONTRATADO(A): ELETRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEDIDORES ELÉTRICOS LTDA., CNPJ/MF sob nº 12.115.480/0001-15.

OBJETO: Alteração da Cláusula Quinta, item 5.4, do Contrato Estatal nº 116/2021, prorroga-se o prazo de entrega, conforme cronograma, e alteração da Cláusula Oitava, item 8.1, prazo de vigência contratual.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17 (dezessete) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O valor global de R\$ 5.712.500,00 (cinco milhões, setecentos e doze mil e quinhentos reais), para todos os legais e jurídicos efeitos. O pagamento pela aquisição do objeto da presente licitação será realizado no prazo de 10 (dez) dias da data da entrega dos bens, conforme cronograma.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 151, §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

DATA DE ASSINATURA: 26 de setembro de 2022.

COMPROMETIMENTO ORÇAMENTÁRIO Nº 799/2022, DE 02/09/2022

ORIGEM: Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 050/2022.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia - COCEL.

CONTRATADO(A): ELCIO LEVI BRANDÃO DINIZ, CNPJ/MF sob o nº 12.056.387/0001-87.

Página 57

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Maurício Roberto Rivabem.
A Prefeitura Municipal de Campo Largo da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de
<http://www.campolargo.pr.gov.br> link Diário Oficial.